

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO DAS EMPRESAS EM DIFICULDADES								
DOCENTE	MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES								
CÓDIGO	GRDDIRELE0100	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA		Falência e recuperação judicial e extrajudicial de empresas. A Caracterização da insolvência empresarial – impontualidade e atos de falência. O pedido de falência. Aspectos processuais e diligências necessárias. Estratégias de defesa. Depósito elisivo. Nulidade do título. Apresentação de plano de recuperação judicial. Efeitos da falência quanto à pessoa e bens do falido. Ação de responsabilidade. Ação revocatória. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Arrecadação dos bens do falido. Pedido de restituição. Habilitação de créditos e quadro geral de credores. Procedimento de habilitação. Publicação de edital. Impugnação. Classificação dos credores no QGC. Recuperação Judicial. Pedido. Requisitos Subjetivos e Objetivos. Preparação da apresentação do pedido inicial. Demonstração das dificuldades econômicas e financeiras por que passa a sociedade. Créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial de empresas. Credores trabalhistas. Operações de leasing, alienação fiduciária em garantia e de antecipação de contrato de câmbio. Alcance dos fiadores e avalistas. Credores não relacionados no plano. Plano de Recuperação Judicial. Elaboração. Cláusulas e negociação com os credores. Verificação dos poderes dos credores. Os limites do plano de recuperação judicial. Administrador Judicial. A profissionalização da atividade. Exercício do poder de gestão e fiscalização. Limites. Defesa dos interesses da massa falida e da recuperanda. Relação com o Juízo e com o Ministério Público. A assembleia geral de credores. Convocação. Realização. Deliberações. Classe de credores. Tomada de votos. Concessão e cumprimento da recuperação judicial. A decisão de concessão e falência. Cram down. Novação dos créditos. Análise do prazo de 2 anos. Cumprimento do plano recuperação. Recuperação Extrajudicial. Elaboração do plano. Abrangência. Reunião com credores. Pedido de homologação judicial.
OBJETIVOS		Compreender os institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial, a partir do conjunto de normas que disciplinam o financiamento e a governança das empresas.
METODOLOGIA		Análise da doutrina e da jurisprudência com base em casos práticos, com a participação efetiva dos alunos para aquisição do raciocínio jurídico necessário para lidar com o direito das empresas em dificuldades.
HABILIDADES		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	Exigência MEC	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	
	X Outras: Refletir normas de direito das empresas em dificuldades em sua relação com as normas de direito societário e de direito empresarial, em termos dos incentivos ao comportamento dos agentes aos quais se aplicam. Abordar os problemas relativos à falência e à recuperação judicial e extrajudicial. Discutir sobre a adequação das normas à solução dos problemas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, enfocando os acertos e desacertos da lei em relação à prática.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1-5	Apresentação do sistema de falência e de recuperação de empresas. Conceito de insolvência civil e empresarial. Impontualidade e Atos de Falência. Impacto da nova lei. Comparação com o sistema americano e francês. Falência: pedido de falência. Impontualidade. Legitimidade Passiva. Título executivo legitimador do pedido. Protesto. Falência: pedido de falência. Atos de falência. Autofalência. Falência: defesa em face do pedido por impontualidade e pela prática de atos de falência. Depósito elisivo.	
6-10	Competência. Juízo Falimentar. Juízo Universal. Força de atração. Suspensão ações e execuções. Sentença de falência. Sentença denegatória de falência. Recursos. Efeitos quanto à pessoa, aos bens e aos contratos do falido. Administração da Falência. Juízo, Ministério Público e Administrador judicial. Assembléia geral de credores e comitê	

		de credores. Ação Revocatória. Habilitação e classificação de créditos. Pagamento aos credores e encerramento da falência. Reabilitação do Falido. Recuperação Judicial. Requisitos.
11-15		Abrangência. Pedido. Requisitos Subjetivos e Objetivos. Preparação da apresentação do pedido inicial. Demonstração das dificuldades econômicas e financeiras por que passa a sociedade. Créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial de empresas. Credores trabalhistas. Operações de leasing e de antecipação de contrato de câmbio. Alcance dos fiadores e avalistas. Credores não relacionados no plano. Plano de Recuperação Judicial.
16-20		Elaboração. Cláusulas e negociação com os credores. Verificação do poder dos credores. Os limites do plano de recuperação judicial. A assembléia geral de credores. Convocação. Realização. Deliberações. Classe de credores. Tomada de votos.
20-23		A decisão de concessão e a falência. Cram down. Novação dos créditos. Análise do prazo de 2 anos. Cumprimento do plano recuperação.
TRILHA	X	Advocacia Empresarial
	X	Carreiras Públicas
		Regulação
		Justiça e Sociedade
		Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		Participação em sala de aula e duas provas escritas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial & de Empresa, v.3, 11ª edição, São Paulo: Saraiva, 2017. SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, 2ª ed., São Paulo: Saraiva jur, 2021. CAMPINHO, Sérgio. Curso de Direito Comercial - Falência e Recuperação de Empresa, 11ª edição, São Paulo: Saraiva jur, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		AYOUB, Luiz Roberto e CAVALI, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas, Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora Forense, 2017. Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas (coord. Osmar BRINA CORRÊA-LIMA e Sérgio MOURÃO CORRÊA-LIMA), Rio de Janeiro: Forense, 2009. SALOMÃO, Luis Felipe e SANTOS, Paulo Penalva. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência Teoria e Prática, 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe e TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de Empresas e Falência – Teoria e Prática na Lei 11.101/05. 3ª ed., São Paulo: Almedina, 2018. ULHOA COELHO, Fábio. Comentários à Lei de Falências e Recuperação de Empresas, 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021